

- até finais de 2000, tratamento secundário de todas as aglomerações com um e.p. superior a 15 000 nas zonas de captação «normais» (ou seja, águas não classificadas como sensíveis),
- até finais de 2005, tratamento secundário de todas as restantes aglomerações abrangidas pelo âmbito de aplicação da directiva.

A Comissão deverá publicar em breve o seu segundo relatório de aplicação da Directiva 91/271/CEE do Conselho com o ponto da situação relativo ao segundo prazo estabelecido, ou seja, 31 de Dezembro de 1998. Foi neste contexto que organizou o seminário em que se assinalaram os bons e maus resultados obtidos na aplicação da legislação. A Comissão pretendia designadamente abordar duas questões: em primeiro lugar, o cumprimento da obrigação de identificação das zonas sensíveis e, em segundo, dependente da primeira questão, o cumprimento do prazo estabelecido para as descargas em zonas sensíveis (1998).

No que se refere às zonas sensíveis, a Comissão verificou que o Reino Unido, tal como acontece com outros Estados-membros, não providenciou a identificação completa dessas zonas. Em muitos casos, esta situação conduziu a um nível inferior de tratamento das águas (tratamento secundário em vez de tratamento terciário, incluindo a remoção do azoto no que se refere às descargas efectuadas em águas sujeitas a eutrofização ou desinfecção, no caso de determinadas águas balneares).

Para além de avaliar a situação verificada em Dezembro de 1998 em matéria de conformidade das aglomerações situadas nas zonas sensíveis, a Comissão pretendia apresentar um quadro geral dos níveis de tratamento das águas residuais urbanas em todas as grandes cidades da Comunidade (acima de 150 000 e.p.), em 31 de Dezembro de 1998. No que diz respeito ao nível de tratamento dispensado nas principais cidades, deverá ser tido em atenção que a Comissão se baseia nas informações prestadas pelos Estados-membros. Na sua ausência, a Comissão apenas poderá concluir que não foi aplicado qualquer tratamento.

Quanto ao Reino Unido e à situação nas principais cidades em 31 de Dezembro de 1998, Liverpool beneficiou de tratamento primário e Bedington de pré-tratamento, não se dispondo de quaisquer informações sobre os níveis de tratamento das águas em Birkenhead e Macclesfield.

O projecto do segundo relatório de aplicação foi enviado aos Estados-membros em 13 de Março de 2001. Chama-se contudo a atenção para o facto de as informações adicionais prestadas pelos Estados-membros depois de 31 de Janeiro de 2001 apenas poderem ser tomadas em consideração no terceiro relatório de aplicação que deverá reflectir a situação em 31 de Dezembro de 2000, terceiro prazo limite imposto pela directiva (ver acima).

Em resumo, a Comissão considera que, não obstante os esforços consideráveis desenvolvidos por certos Estados-membros, a aplicação da directiva relativa ao tratamento de águas residuais urbanas está incompleta, tanto em matéria de cumprimento de objectivos como de prazos.

(¹) JO L 135 de 30.5.1991.

(²) Por equivalente de população entende-se a carga orgânica biodegradável com uma carência bioquímica de oxigénio de cinco dias (CBO 5) a 60 gramas de oxigénio por dia.

(2001/C 340 E/204)

PERGUNTA ESCRITA E-1133/01

apresentada por Nirj Deva (PPE-DE) à Comissão

(10 de Abril de 2001)

Objecto: República do Zimbabwe

É verdade que o presidente da Cruz Vermelha do Zimbabwe é o Dr. Swithum Mombeshora que é também Ministro da Energia Zanu/PF do Governo de Mugabe?

De igual modo, é verdade que existem em todo o Zimbabwe estruturas da Cruz Vermelha que têm como presidente o Sr. Shiri, um professor em Zuishava, em Mberengwa oriental, que tem perpetuado actos de violência contra os membros do MDC, que foi preso e julgado mas que agora beneficia da amnistia decretada por Mugabe e que está novamente a fomentar a violência em preparação para às próximas eleições presidenciais?

Resposta dada por Paul Nielson em nome da Comissão

(31 de Maio de 2001)

Informamos o Sr. Deputado de que o Dr. Swithun Mombeshora é Ministro dos Transportes e presidente da Cruz Vermelha do Zimbabué.

O Sr. Shiri exerce o cargo de director-adjunto de uma escola secundária no distrito de Mberengwa. Foi preso pela polícia em Mberengwa devido a acções de violência política cometidas em nome do partido do governo durante o período pré-eleitoral, mas foi rapidamente libertado sem ter sido dado seguimento ao caso. O Sr. Shiri pertencia ao Comité da Cruz Vermelha do Zimbabué em Mberengwa. Esse Comité foi dissolvido durante as eleições.

Não é da competência da Comissão julgar as nomeações individuais feitas aos níveis local ou nacional pela Cruz Vermelha do Zimbabué. Sugerimos ao Sr. Deputado que coloque a questão directamente à Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

(2001/C 340 E/205)

PERGUNTA ESCRITA E-1146/01

apresentada por Laura González Álvarez (GUE/NGL) à Comissão

(10 de Abril de 2001)

Objecto: Agressões ao ambiente na Ilha de Lanzarote (Canárias-Espanha)

A Ilha de Lanzarote, no arquipélago Canário, foi declarada reserva da biosfera pela Unesco. A actuação do artista canário Cesar Manrique contribuiu para preservar a ilha contra agressões ao meio natural, paisagístico e arqueológico. No entanto, actualmente, a forte pressão turística ameaça fazer desaparecer zonas de especial valor ecológico e cultural.

A construção do porto de recreio «Marína del Rubicón» na baía de Berrugo (Playa Blanca) já destruiu uma parte da zona envolvente de grande valor natural e etnográfico do concelho de Yaiza. Na zona entre marés com baixios de areia e restingas, um ecossistema perfeito para a desova e alimentação dos peixes, já foram depositadas milhares de toneladas de pedra e gravilha, soterrando a pequena praia por onde saíam as pequenas embarcações de pesca para a faina. Também são afectados vestígios arqueológicos e históricos.

Que tenciona a Comissão fazer para garantir, neste caso concreto, o cumprimento das Directivas 85/337/CEE⁽¹⁾ e 92/43/CEE⁽²⁾ relativas ao estudo do impacto ambiental e à protecção dos habitats naturais?

⁽¹⁾ JO L 175 de 5.7.1985, p. 40.

⁽²⁾ JO L 206 de 22.7.1992, p. 7.

Resposta dada pela Comissária Margot Wallström em nome da Comissão

(14 de Junho de 2001)

Convém salientar que a Comissão não tem conhecimento dos factos a que a Sr^a Deputada faz referência na sua pergunta escrita.

A partir das informações prestadas pela Sr^a Deputada, a Comissão chegou à conclusão de que a zona em que irá ser construído o porto de pesca em questão, na ilha de Lanzarote, não foi classificada pelas autoridades espanholas como «zona de protecção especial para as aves» nos termos do artigo 4^o da